



ATA DE REUNIÃO

Assunto: Reunião do Conselho Curador-Reunião Extraordinária

Data: 14/03/2018

Local: Sede da Fundação TV MINAS – Centro de Cultura Presidente Itamar Franco – Rua Tenente Brito Melo, 1090; Barro Preto – Belo Horizonte

Participantes	Ausências	Duração
Luiza de Castro; Ana Paula Damasceno Torres; Jorge Carlos; Simone Pio; Aloísio Soares.	Angelo Oswaldo; Marcos Gimenez, Anderson Rocha; Ércio do Carmo Sena Cardoso; Carla Kreefft; Neusa Maria Santos Macedo; Dalton Rabelo; Adyr Assis.	14:30 - 17:00 hrs

Convidados: João Batista Miguel; Eduardo Gomes; Adriana Barbosa; Elias Santos.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Apresentação de proposta da comissão editorial;
2. Informes e debates sobre a transferência de outorga da Rede Minas;
3. Viabilidade de implantação de canal de multiprogramação da Rede Minas;
4. Viabilidade de implantação de ouvidoria da Rede Minas;
5. Assuntos gerais.

DEFINIÇÕES / ASSUNTOS TRATADOS

1. A Secretária Executiva do Conselho Curador e Presidente da Fundação TV MINAS Cultural e Educativa, Luiza de Castro, deu início à reunião, pedindo para que ela fosse encerrada às 16:30 horas e informando que a pauta mais demorada do dia se referia ao comitê editorial. Informou que, embora a pauta diga que ela fará quase todas as apresentações, a TV MINAS contaria com uma equipe muito talentosa e que fará parte das apresentações.
2. Em seguida, a palavra foi dada à Conselheira Simone Pio, que apresentou a proposta de comitê editorial que consta em anexo.
3. Foi discutido o uso do termo “membro nato” na composição do comitê, uma vez que ele se refere ao titular de um cargo determinado, e não a um representante de um grupo. Foi



discutido ainda qual o conteúdo das decisões que caberiam ao comitê na prática; se o comitê se ocuparia da indicação de convidados para os programas, por exemplo; e que o comitê seria uma fonte de discussão para qualificar a programação.

4. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres ponderou que a atuação do comitê seria a *posteriori* à definição da pauta, se ocupando da abordagem dos temas. O comitê não definiria fontes, mas sim a sua abordagem. Pediu que a apresentadora desse ponto da pauta especificasse até onde o comitê poderia ir, para não gerar frustração.
5. A Conselheira Simone Pio deu continuidade à apresentação, afirmando que ajustes precisarão ser feitos, mas que seria necessário ver a dinâmica do comitê na prática.
6. Foi questionado como o comitê se relacionaria com o público externo, ao que foi respondido que isso seria papel da ouvidoria, objeto do ponto 4 da pauta.
7. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS ponderou que não se trata de censura prévia ou de fontes, mas de um espaço coletivo de tomada de decisão sobre a programação.
8. Discutiu-se, ainda, qual o termo mais adequado a ser utilizado: se comitê, comissão ou conselho. Decidiu-se pelo uso do termo comissão, utilizado pela Constituição Estadual, seguido do termo "editorial", para não restringir a sua atuação sobre a Diretoria de Programação e Produção. Foi discutida a relevância da elaboração de um manual de jornalismo para uniformizar a linguagem a ser utilizada na programação e a necessidade de um espaço para criar o posicionamento da REDE MINAS com relação aos assuntos.
9. Alguns conselheiros ponderaram que a REDE MINAS não poderia se posicionar com relação a algumas questões, por ser portadora de informação e não formadora de opinião, daí a importância também do manual proposto.
10. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres ponderou que a atuação da TV como formadora de opinião é delicada e precisa ser repensada.
11. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS questionou como a periodicidade do Conselho Curador poderia servir para realização do objetivo IV da comissão editorial ("submeter ao Conselho Curador quando não houver consenso interno, as dúvidas quanto às questões editoriais e acolher as sugestões de aprimoramento."). Foi sugerido que se mantenha como está para ver como funcionaria na prática.
12. Foi discutido novamente se a REDE MINAS deveria se posicionar sobre temas contemporâneos, havendo pontos discordantes entre os Conselheiros. Acordou-se que esse seria um ponto que o Conselho Curador precisaria discutir.
13. Foi dado prosseguimento à apresentação pela Conselheira Simone Pio.
14. Foi questionado se o trabalho da comissão editorial ocorreria dentro ou fora do horário de trabalho. Foi decidido que deve ocorrer dentro do horário do trabalho e que isso deve ser esclarecido no texto. Também foram questionadas as regras de tomada de decisão dentro da comissão editorial, que serão definidas pela própria.
15. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres falou de sua experiência e sugeriu que a reunião da comissão editorial ocorra sob demanda, e não necessariamente toda semana. Ficou decidido



que a comissão editorial vai decidir sua periodicidade, não precisando constar de um ato normativo.

16. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS lembrou que as reuniões da comissão editorial não podem obstar a produção de pautas, senão não faria sentido.
17. Foi questionado qual o formato que essa normativa poderia assumir: se resolução, portaria, ou mesmo a ata do Conselho Curador. Foi definido que será uma resolução.
18. O Conselheiro Aloisio Lopes lembrou a importância de se envolver a Rádio Inconfidência nesse processo.
19. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS sugeriu que a Conselheira Simone Pio apresentasse a proposta à Brisa Marques (Diretora Artística da Rádio Inconfidência) e a Duda Ramos (Superintendente de Jornalismo da Rádio Inconfidência). Se não houver consenso junto à Rádio, seria possível publicar a comissão editorial como resolução inicialmente da Fundação TV MINAS e, caso haja, a regulamentação sairia como resolução conjunta.
20. O Conselho Curador referendou a proposta da comissão editorial e solicitou que a Administração da Fundação TV MINAS tome as providências para transformá-la em resolução, que deverá ser primeiramente apenas da Fundação TV MINAS, ao mesmo tempo em que se inicia uma discussão no mesmo sentido para a Rádio Inconfidência.
21. O Conselheiro Aloisio Lopes se disse muito satisfeito com a resolução do pleito, mesmo com a demora, pois se trataria de uma discussão acadêmica que teria permeado o movimento constituinte do Estado.
22. A Conselheira Simone Pio também se disse satisfeita com a resolução da pauta, e que a equipe que participou da sua concepção receberá muito bem a notícia, especialmente pela criação de espaços de discussão para os servidores.
23. Passou-se ao próximo ponto da pauta, referente à transferência das outorgas da Fundação TV MINAS, que foi apresentado pelo Diretor Executivo da TV MINAS, Eduardo Gomes, conforme apresentação em anexo.
24. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres questionou quais seriam os prazos esperados para a renovação e transferência das outorgas e qual o funcionário responsável pela gestão de outorga no âmbito da TV MINAS.
25. Foi informado que o responsável seria o Diretor de Radiodifusão e Telecomunicações, Nilton Lemos, e que as providências já foram tomadas para apurar a ausência de informações, inclusive com ciência à Auditoria Seccional da Fundação.
26. O Conselheiro Aloisio Lopes informou que pediu informações sobre esse assunto porque é a detenção da outorga que garante a existência da Fundação, e que a Advocacia Geral do Estado deveria se manifestar sobre essa situação. Afirmou também que existe uma movimentação do Governo para transferir todas as outorgas para a SEPLAG e que isso precisa ser verificado.
27. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS relatou que essa informação está sendo repassada informalmente no âmbito do Governo e que solicitou que fosse realizada uma consulta à Advocacia-Geral do Estado - AGE, uma vez que a Lei n. 22.294/2016 determina



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação TV Minas Cultural e Educativa

expressamente a transferência da outorga para a Empresa Mineira de Comunicação - EMC. No que tange à Fundação TV MINAS, se está buscando cumprir a legislação que existe, ou seja, a Lei n. 22.294/2016, transferindo a outorga para a EMC. Informou que não poderia se manifestar sobre uma informação extraoficial.

28. O Conselheiro Aloísio Lopes sugeriu que a Fundação TV MINAS mandasse o seu Procurador Jurídico para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para averiguar essa situação.
29. Foi discutido também o processo de renovação da outorga.
30. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres questionou quais as vantagens e desvantagens de migrar a REDE MINAS para a EMC. Foi esclarecido que foi feito um debate prévio à publicação da Lei n. 22.293/2016, inclusive constando do Plano de Governo.
31. O Presidente da EMC, Elias Santos, esclareceu que, inclusive, a estrutura física da nova sede das entidades propicia essa junção de recursos, o que já vem acontecendo em alguma medida; que existiria um temor de ambos os lados com relação à permanência de servidores e empregados nas funções, mas que essa questão já teria sido equalizada, com a lotação dos funcionários da TV na Secretaria de Estado de Cultura – SEC e “empréstimo” para a EMC; que haveria ações em conjunto entre Rádio e TV já ocorrendo, especialmente quanto às fontes que atendem as duas instituições e ao compartilhamento de custos. O próximo passo seria a realização de novo concurso para a EMC e uma atuação mais integrada entre Rádio, TV e internet.
32. A iniciativa de junção de recursos foi parabenizada pela Conselheira Ana Paula Damasceno Torres.
33. A Conselheira Simone Pio afirmou que a questão da outorga sempre foi uma preocupação para os servidores, que alertaram durante todo o processo de constituição da EMC. Informou que os servidores veem a situação da Fundação TV MINAS como muito frágil, e que a atuação conjunta entre Rádio e TV não precisaria da criação de uma pessoa jurídica própria.
34. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS informou que é dever dos gestores compartilhar despesas, uma vez que ocupam o mesmo prédio.
35. O Conselheiro Aloísio Lopes refletiu que a empresa já estaria criada no papel, tanto é que existiria a preocupação com relação à outorga. Afirmou ver com risco a manutenção da outorga da Fundação TV MINAS, que poderia ser revogada pelo Governo Federal por motivos políticos.
36. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS informou que sua preocupação com o processo de outorga se justifica porque ele gera consequências práticas para os trabalhadores da Fundação, para os contratos vigentes e as carreiras da TV, inclusive com relação às funções gratificadas.
37. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres e o Conselheiro Jorge Carlos pediram urgência na averiguação da situação da outorga, com realização de uma reunião extraordinária para discussão do tema com presença de membro da AGE ou Procurador Jurídico da Fundação e do Diretor responsável pela gestão das outorgas no âmbito da TV MINAS.
38. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS questionou; então, qual seria a pergunta a ser formulada para a consultoria da AGE. Não houve consenso entre os Conselheiros.



39. A Conselheira Simone Pio questionou se os Conselheiros que pediram a averiguação da situação da outorga querem ter uma clareza política ou técnica da situação das outorgas. Foi respondido que ambos. Argumentou-se que a situação política não pode ser prevista.
40. O Conselheiro Aloisio Lopes sugeriu representar ao Governador sobre a situação das outorgas após a realização da reunião extraordinária.
41. Foi lembrado que precisarão de uma reunião extraordinária para aprovação das contas da Fundação até meados de abril. Foi decidido que essa reunião extraordinária tratará das duas pautas.
42. Passou-se então à terceira pauta do dia: Multiprogramação na REDE MINAS. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS pediu que a servidora Adriana Barbosa expusesse o tema, conforme apresentação em anexo.
43. Foi discutida a inclusão das TVs universitárias na multiprogramação, ao que foi informado ser possível; que ao solicitar a multiprogramação, é preciso informar o conteúdo que será transmitido; e que a Fundação TV MINAS precisaria avaliar se conseguiria produzir conteúdo para um segundo canal, considerando suas limitações de pessoal.
44. A Conselheira Ana Paula Damasceno Torres questionou se seria possível haver uma faixa universitária na REDE MINAS, para abrir espaço para esse tipo de conteúdo.
45. O Conselheiro Aloisio Lopes informou que colocou esse ponto na pauta em razão de apresentação realizada no Conselho Curador em 2016, que teria se viabilizado ainda mais pela criação da EMC. Sugeriu o desenvolvimento de um projeto para colocar, no ar, programações variadas: educativa, de saúde, universitária, utilizando conteúdos já existentes nesses setores, no contexto da EMC. Argumentou, ainda, que o lançamento do canal multiprogramação poderia ser uma fonte de receita para a EMC, na prestação de serviços a órgãos da administração direta, indireta e universidades.
46. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS ponderou que a digitalização refere-se apenas à região metropolitana de Belo Horizonte, e que a sua expansão estaria prevista para 2022. Sugeriu que o Conselheiro Aloisio Lopes apresentasse um projeto para o tema.
47. O Conselheiro Aloisio Lopes respondeu que o projeto não seria dele, mas do governo de Minas Gerais, apresentado pelo Presidente da REDE MINAS à época ao Conselheiro Curador, e que ele só esperava que fosse dada continuidade à iniciativa. Sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho para elaborar esse projeto.
48. O Conselheiro Jorge Carlos sugeriu que o Conselho Curador da TV MINAS provocasse o Governo do Estado sobre esse projeto de multiprogramação. Discutiu-se que trata-se de projeto de Governo.
49. O Conselheiro Aloisio Lopes propôs a formação de um grupo de trabalho para, no prazo de 6 (seis) meses, elaborar um projeto de multiprogramação para a EMC a ser apresentado ao Conselho Curador, sugerindo que, para este grupo, sejam convidadas a Secretaria de Estado de Educação e a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. A proposta foi apoiada pela Conselheira Ana Paula Damasceno Torres.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação TV Minas Cultural e Educativa

50. Passou-se a pauta 4 da reunião: Ouvidoria na Fundação TV MINAS. A Secretária Executiva do Conselho Curador pediu que a técnica Ana Tereza Fernandes apresentasse o ponto, o que foi feito conforme apresentação em anexo.
51. O Conselheiro Aloisio Lopes se disse satisfeito com a resposta jurídica dada pela TV MINAS sobre o ponto, mas que gostaria que o Conselho Curador pensasse num modelo de ouvidoria pública para a TV, no modelo do jornal Folha de São Paulo e da Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Sugeriu a formação de um grupo de trabalho para discutir o tema.
52. A Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS esclareceu que fez uma reestruturação interna a entidade e que a Conselheira Simone Pio cumpriria parte dessa função internamente. Essa sugestão poderia ser incorporada no momento de estruturação da EMC. Sugeriu cautela na sugestão de ações para a EMC pelo Conselho Curador, uma vez que o Conselho seria da Fundação TV MINAS.
53. O Presidente da EMC esclareceu que o melhor seria tomar as providências apenas para a Fundação TV MINAS, mas que as sugestões seriam consideradas no estabelecimento da EMC.
54. A Secretaria Executiva do Conselho Curador da TV MINAS sugeriu que o Conselheiro Aloísio Lopes construísse uma proposta que diferenciase a ouvidoria proposta da Ouvidoria-Geral do Estado.

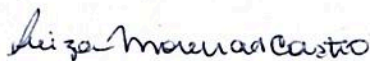
Diante disso, não havendo mais assuntos para serem deliberados, a reunião foi encerrada.

ENCAMINHAMENTOS

- Providenciar a publicação da resolução referente à comissão editorial – Secretária Executiva do Conselho Curador da TV MINAS.
- Apresentar a proposta de comissão editorial à Diretora Artística e à Superintendente de Jornalismo da Rádio Inconfidência – Conselheira Simone Pio e Presidente da EMC.
- Agendamento de Reunião Extraordinária do Conselho Curador na primeira quinzena de abril para discutir a aprovação das contas da Fundação TV MINAS e a situação das outorgas da TV MINAS com a presença de representante da AGE e do Diretor de Telecomunicação e Radiodifusão – Secretária Executiva do conselho Curador da TV MINAS.

Belo Horizonte, 14 de março de 2018.

Conselheiros:


Luiza de Castro

Secretária Executiva do Conselho Curador
Presidente da Fundação TV MINAS



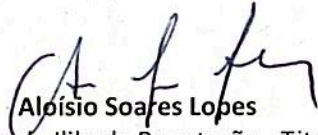
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação TV Minas Cultural e Educativa


Ana Paula Damasceno Torres

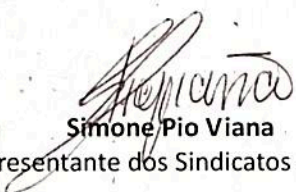
Representante das Instituições de Ensino
Superior - Titular


Jorge Carlos Borges de Souza

Representante das Entidades da Classe
Empresarial - Suplente


Aloísio Soares Lopes

Cidadão de Ilibada Reputação - Titular


Simone Pio Viana

Representante dos Sindicatos - Titular